



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**\*PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
N.º 24, DE 2022  
(Do Sr. Rogério Correia)**

Susta o Decreto nº 10.958, de 7 de fevereiro de 2022, da Presidência da República, e os efeitos dela decorrentes.

**NOVO DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL;

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Projeto apensado: 28/22

(\*) Atualizado em 23/3/2023 em virtude de novo despacho.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 09/02/2022 14:04 - Mesa

PDL n.24/2022

### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2022**

(Do Senhor ROGÉRIO CORREIA)

Susta o Decreto nº 10.958, de 7 de fevereiro de 2022, da Presidência da República, e os efeitos dela decorrentes.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º.** Ficam sustados, nos termos do inciso V, do art. 49 da Constituição Federal, o Decreto 10.958, de 7 de fevereiro de 2022, da Presidência da República, que “dispõe sobre a qualificação de unidades de conservação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização”.

**Art. 2º.** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICATIVA**

O inquinado Decreto, que o presente Projeto de Decreto Legislativo pretende sustar, quis dispor sobre a qualificação de unidades de conservação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização. Nesse sentido, foram incluídos os seguintes Parques Nacionais:

- Parque Nacional da Serra da Canastra, localizado no Estado de Minas Gerais;
- Parque Nacional da Serra do Cipó, localizado no Estado de Minas Gerais;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogério Correia  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229955921700>





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 09/02/2022 14:04 - Mesa

PDL n.24/2022

- Parque Nacional de Caparaó, localizado na divisa entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo;
- Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, localizado no Estado do Rio de Janeiro; e
- Floresta Nacional de Ipanema, localizada no Estado de São Paulo.

Por outro lado, o Capítulo VI da Constituição Federal, que trata do Meio Ambiente, é categórico quanto ao papel do Poder Público na preservação do patrimônio natural:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; [...]

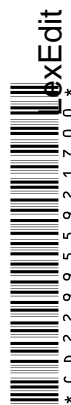
A Lei 9.985, de 2000, ao regulamentar o art. 225 da Constituição Federal atribuiu explicitamente os objetivos dos Parques Nacionais.

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

As Unidades de Conservação são criadas para proteção da natureza, com objetivo de reduzir os impactos ambientais e assim potencializar a proteção a fauna



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogério Correia  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229955921700>





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 09/02/2022 14:04 - Mesa

PDL n.24/2022

e a flora. A visitação turística é um fim secundário, possível apenas em algumas unidades menos sensíveis e em estágio mais avançado de preservação, conforme às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade.

A qualificação dos referidos Parques Nacionais no Programa Nacional de Desestatização fere os atributos legais que constituem a própria existência dessas unidades de conservação como prevê a Constituição Federal e a legislação vigente.

Importante destacar que a mineradora Vale S.A. foi obrigada a pagar 5 multas aplicadas pelo IBAMA, totalizando o montante de R\$250 milhões em sete parques em Minas Gerais, após o crime do rompimento da barragem B1, da mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho.

Dessa forma, se o Decreto não for sustado, a iniciativa privada que assumir o Parque Nacional da Serra da Canastra e o Parque Nacional Serra do Cipó receberão parte dos recursos da multa e poderão viabilizar seus empreendimentos a partir do pecúlio destinada a reparação de uma tragédia criminosa. Possibilitando assim o estabelecimento de uma relação espúria entre o Poder Público e a iniciativa privada, que pode se aproveitar dos recursos advindos de multas delimitadas para reparação de um crime ambiental.

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado se contrapõe impetuosamente ao propósito do Decreto 10.958/2022, objeto do presente PDL, de modo que o Congresso Nacional, diante das suas altas responsabilidades deve repudiar a entrega do Patrimônio Biológico nacional à iniciativa privada.

Sala das Sessões, em            de fevereiro de 2022.

**ROGÉRIO CORREIA**

Deputado Federal – PT/MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogério Correia  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229955921700>



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

**CONSTITUIÇÃO**  
**DA**  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**1988**

**PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

.....

**TÍTULO VIII**  
**DA ORDEM SOCIAL**

.....

**CAPÍTULO VI**  
**DO MEIO AMBIENTE**

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

§ 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 96, de 2017\)\*](#)

## CAPÍTULO VII

### DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO JOVEM E DO IDOSO

[\*\(Denominação do capítulo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010\)\*](#)

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. [\*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 66, de 2010\)\*](#)

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

.....  
 .....

**DECRETO Nº 10.958, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2022**

Dispõe sobre a qualificação de unidades de conservação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, caput, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, na Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, e na Resolução nº 197, de 25 de agosto de 2021, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam qualificadas, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI, e incluídas no Programa Nacional de Desestatização - PND, para fins de concessão para prestação dos serviços públicos de apoio à visitação, com previsão do custeio de ações de apoio à conservação, à proteção e à gestão, as seguintes unidades de conservação:

- I - Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, localizado no Estado do Rio de Janeiro;
- II - Parque Nacional da Serra da Canastra, localizado no Estado de Minas Gerais;
- III - Parque Nacional da Serra do Cipó, localizado no Estado de Minas Gerais;
- IV - Parque Nacional de Caparaó, localizado na divisa entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo; e
- V - Floresta Nacional de Ipanema, localizada no Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de fevereiro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO  
Paulo Guedes

**LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000**

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

**O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA** no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....



### CAPÍTULO III

#### DAS CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

---

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende da autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

Art. 12. O Monumento Natural tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

§ 1º O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

§ 2º Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Monumento Natural com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3º A visitação pública está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.

---

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

### N.º 28, DE 2022

(Do Sr. Reginaldo Lopes)

Susta os efeitos do Decreto n 10.958, de 7 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a qualificação de Unidades de Conservação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.

**DESPACHO:**  
APENSE-SE À(AO) PDL-24/2022.



## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(Do senhor REGINALDO LOPES)

Susta os efeitos do Decreto n 10.958, de 7 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a qualificação de Unidades de Conservação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.

**O CONGRESSO NACIONAL**, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 49, incisos V, X e XI, da Constituição Federal, decreta:

**Art. 1º** Este Decreto susta os efeitos do Decreto n 10.958, de 7 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a qualificação de Unidades de Conservação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

O Decreto n 10.958, de 7 de fevereiro de 2022, qualifica e inclui mais cinco Unidades de Conservação (UCs) no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI e no Programa Nacional de Desestatização – PND, para fins de concessão para prestação dos serviços públicos de apoio à visitação. As UCs qualificadas são: i- Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, localizado no Estado do Rio de Janeiro; ii - Parque Nacional da Serra da Canastra, localizado no Estado de Minas Gerais; iii - Parque Nacional da Serra do Cipó, localizado no Estado de Minas Gerais; iv - Parque Nacional de Caparaó, localizado na divisa entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo; e v - Floresta Nacional de Ipanema, localizada no Estado de São Paulo.

A concessão de serviços em UCs para a iniciativa privada não é uma inovação do atual governo; contudo, a política implementada pela gestão Bolsonaro afronta princípios e diretrizes legalmente estabelecidos, além de representar retrocesso no que diz respeito aos arranjos institucionais de parceria público-privado criados em governos anteriores.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) prevê e assegura a participação da sociedade civil no processo de criação e gestão da Unidades de Conservação (UCs). No nível de diretriz, a Lei 9.985/2000 – que institui o Sistema, estabelece:



*Art. 5º O SNUC será regido por diretrizes que:*

*(...)*

*II - assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;*

*(...)*

Em relação ao processo de gestão, a citada Lei criou os Conselhos Deliberativos e Consultivos como instâncias de decisão das UCs de Uso Sustentável e de Proteção Integral, respectivamente. Tais conselhos, compostos por representantes do poder público e da sociedade civil, foram legalmente revestidos de atribuições e competências, entre os quais incluem-se aquelas estabelecidas pelo Decreto 4.340/2002:

*Art. 20. Compete ao conselho de unidade de conservação:*

*(...)*

*II - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;*

*IV - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;*

*(...)*

*VI - opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;*

*VII - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;*

*IX - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso.*

A Lei 9.985/2000, também previu a gestão compartilhada de UCs entre o poder público e organizações da sociedade, nos seguintes termos:

*Art. 30. As unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão.*

Tais disposições, que não estão sendo observadas pela atual política de concessões do governo Bolsonaro, asseguram efetivamente a participação da sociedade no processo de criação e gestão das Unidades de Conservação, sem a qual toda e qualquer medida do poder pública estabelecida de forma unilateral carece de legitimidade e legalidade.



A participação nos espaços de decisão foi uma conquista da sociedade brasileira ao longo de décadas de lutas pela preservação e conservação da biodiversidade, dos ambientes e paisagens naturais e pela afirmação de direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais. Nesse contexto, de um processo democrático de convergência de esforços em prol de interesses gerais da sociedade, a participação da iniciativa privada no processo de consolidação e realização das finalidades da UCs, seja na forma de OSCIP ou outro regime jurídico, é bem-vinda, desejada e até necessária.

O Partido dos Trabalhadores tanto defende como pratica esse entendimento da relação entre Estado, sociedade e iniciativa privada. Prova disso são as políticas e programas construídos e implementados pelos governos petistas nos âmbitos federal, estadual e municipal. Nas gestões petistas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), várias iniciativas foram realizadas com o propósito de desenhar modelos e promover parcerias público-privada na gestão de UCs, balizadas por uma estratégia de fortalecimento do ICMBio, de envolvimento democrático e participativos dos atores interessados e de garantia do caráter público das Unidades de Conservação. E, sobretudo, à luz das diretrizes e disposições da legislação vigente.

Inovar em formas e arranjos institucionais com vistas a ampliar a capacidade e a qualidade de ação do poder público na criação e gestão da UCs, concebendo tais arranjos como meio para alcançar esse objetivo. Esse foi o princípio que orientou as políticas ambientais de parceria público-privado nos governos Lula e Dilma, assim como em gestões anteriores a eles.

No entanto, sob o governo Bolsonaro essa visão democrática e estratégica pró conservação e fortalecimento dos órgãos ambientais foi substituída por uma política de devastação da natureza, de rebaixamento das atribuições e autonomia do ICMBio e do IBAMA, de centralismo burocrático e autoritário e de fechamento dos espaços de participação da sociedade na formulação e implementação das políticas ambientais.

No contexto de um governo declaradamente antiambiental, a inclusão das Unidades de Conservação, especialmente dos Parques Nacionais, no Programa Nacional de Desestatização e no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, corresponde à uma investida privatista contra os bens comuns da natureza e da sociedade, cuja centralidade é a subordinação desses bens e territórios à lógica do lucro e dos negócios, em detrimento da finalidade maior das áreas ambientalmente protegidas.

Sem transparência e sem discussão, o governo Bolsonaro vai impondo à sociedade e ao parlamento um modelo de gestão das UCs que solapa dispositivos legais e retrocede institucionalmente na relação Estado-sociedade. De uma política virtuosa e desejada, as concessões de UCs sob o governo Bolsonaro passaram a ser uma ameaça ao processo democrático de gestão participativa, colocando em risco não apenas a integridade e finalidade das Unidades de Conservação, como a própria legitimidade da participação da iniciativa privada nas concessões em curso.



Por tais razões, o Partido dos Trabalhadores vem se opondo ao modelo de concessões imposto, seja ativando instrumentos como o presente PDL, seja ampliando o debate junto à sociedade sobre a importância do soerguimento das Unidades de Conservação da deriva em que se encontram sob o governo Bolsonaro.

Sala das sessões, 10 de fevereiro de 2022.

**Deputado REGINALDO LOPES – PT/MG**  
**Líder da Bancada**



Assinado eletronicamente, por delegação do(a) Dep. Reginaldo Lopes  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222223685300>



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

**DECRETO Nº 10.958, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2022**

Dispõe sobre a qualificação de unidades de conservação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, caput, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, na Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, e na Resolução nº 197, de 25 de agosto de 2021, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam qualificadas, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI, e incluídas no Programa Nacional de Desestatização - PND, para fins de concessão para prestação dos serviços públicos de apoio à visitação, com previsão do custeio de ações de apoio à conservação, à proteção e à gestão, as seguintes unidades de conservação:

- I - Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, localizado no Estado do Rio de Janeiro;
- II - Parque Nacional da Serra da Canastra, localizado no Estado de Minas Gerais;
- III - Parque Nacional da Serra do Cipó, localizado no Estado de Minas Gerais;
- IV - Parque Nacional de Caparaó, localizado na divisa entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo; e
- V - Floresta Nacional de Ipanema, localizada no Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de fevereiro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO  
Paulo Guedes

**LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000**

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

**O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA** no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO II  
DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA  
SNUC

.....

Art. 5º O SNUC será regido por diretrizes que:

I - assegurem que no conjunto das unidades de conservação estejam representadas amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, salvaguardando o patrimônio biológico existente;

II - assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;

III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

IV - busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação;

V - incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;

VI - assegurem, nos casos possíveis, a sustentabilidade econômica das unidades de conservação;

VII - permitam o uso das unidades de conservação para a conservação *in situ* de populações das variantes genéticas selvagens dos animais e plantas domesticados e recursos genéticos silvestres;

VIII - assegurem que o processo de criação e a gestão das unidades de conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais;

IX - considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;

X - garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos;

XI - garantam uma alocação adequada dos recursos financeiros necessários para que, uma vez criadas, as unidades de conservação possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos;

XII - busquem conferir às unidades de conservação, nos casos possíveis e respeitadas as conveniências da administração, autonomia administrativa e financeira; e

XIII - busquem proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração dos ecossistemas.

Art. 6º O SNUC será gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições:

I - Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente-Conama, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema;

II - Órgão central: o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar o Sistema; e

III - órgãos executores: o Instituto Chico Mendes e o Ibama, em caráter supletivo, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação. [\(Inciso com redação dada pela Lei nº 11.516, de 28/8/2007\)](#)

Parágrafo único. Podem integrar o SNUC, excepcionalmente e a critério do Conama, unidades de conservação estaduais e municipais que, concebidas para atender a peculiaridades regionais ou locais, possuam objetivos de manejo que não possam ser satisfatoriamente atendidos por nenhuma categoria prevista nesta Lei e cujas características permitam, em relação a estas, uma clara distinção.

#### CAPÍTULO IV DA CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 30. As unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão.

Art. 31. É proibida a introdução nas unidades de conservação de espécies não autóctones.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo as Áreas de Proteção Ambiental, as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, bem como os animais e plantas necessários à administração e às atividades das demais categorias de unidades de conservação, de acordo com o que se dispuser em seu regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

§ 2º Nas áreas particulares localizadas em Refúgios de Vida Silvestre e Monumentos Naturais podem ser criados animais domésticos e cultivadas plantas consideradas compatíveis com as finalidades da unidade, de acordo com o que dispuser o seu Plano de Manejo.

#### **DECRETO Nº 4.340, DE 22 DE AGOSTO DE 2002**

Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.



**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, inciso IV, e o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000,

DECRETA:

.....

**CAPÍTULO V**  
**DO CONSELHO**

.....

Art. 20. Compete ao conselho de unidade de conservação:

I - elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação;

II - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;

III - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;

IV - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;

V - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;

VI - opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;

VII - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;

VIII - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e

IX - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso.

**CAPÍTULO VI**  
**DA GESTÃO COMPARTILHADA COM OSCIP**

Art. 21. A gestão compartilhada de unidade de conservação por OSCIP é regulada por termo de parceria firmado com o órgão executor, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------